

A PROXÊMICA E A EXCLUSÃO SOCIAL

Maria Mafra Souza

Mestre em Antropologia Social pela American Word University
Professora do Instituto de Educação Contemporânea à Distância / Curitiba – PR
E-mail: mafrags@gmail.com

Resumo

Este artigo aborda questões sobre a ocupação espacial e, fazendo referência com a proxêmica, centra a situação dos excluídos que, geralmente, apresentam problemas em sua relação à distribuição espacial. Se o excluído é uma “escória” para a sociedade capitalista, não deixa de ser, também, um problema social. De alguma forma, o excluído ocupa um espaço, o espaço marginal que precisa ser revisto como situação de extrema importância para a vida das comunidades.

Palavras-Chave: Espacialização. Proxêmica. Exclusão social.

PROXEMICS AND SOCIAL EXCLUSION

Abstract

This article addresses issues of spatial occupation and, with reference to proxemics, focuses the situation of marginalized people, who usually have problems in their relationship with the spatial distribution. If the excluded is a “scum” to the capitalist society, it is nonetheless also a social problem. Somehow, the excluded occupies a space, the marginal space that needs to be revised as a situation of extreme importance for the life of the communities.

Keywords: Spatialization. Proxemics. Social Exclusion.

Introdução

Em sua expansão, através dos últimos séculos, o sistema de mercado passou cada vez mais a ocupar os espaços reservados aos sistemas sociais, constituindo-se na força impulsionadora da vida pessoal e comunitária (RAMOS, 1989, 161). Basta um simples olhar voltado ao século passado para se dar conta de que vida sofreu profundas alterações no campo

da ciência e da tecnologia; não só, mas também nas relações do humano com os seus semelhantes e com a grande, e até então única morada - a terra -, palco do fenômeno da espacialização. Poderosas forças políticas e econômicas agiram e continuam e estabelecer pressão no meio físico e social, influenciando a relação das pessoas consigo mesmas e com o seu entorno.

Considerando que a situação do indivíduo excluído em relação à proximica é tão comum num amplo universo, o presente estudo não se limita à abordagem de um grupo em particular, mas analisa exemplos de diferentes grupos para melhor ilustrar a temática. Consiste num estudo voltado à questão dos indivíduos excluídos da sociedade e como se dá sua relação com os espaços físicos e socioculturais. Pautado em referências de assuntos sociais genéricos, e de domínio universal e consagrado, apresenta-se, eventualmente, pela escassez de literatura especializada, senão com um grau de originalidade, ao menos como um estudo com certo caráter diferenciado.

Diversos são os campos para referenciar a proximica; entretanto, o presente estudo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a questão dos excluídos e sua relação com a distribuição espacial principalmente urbana, considerando que esse segmento, pela condição em que se encontra, ocupa a margem da sociedade, isto é, “o não-lugar”.

Proximica ou proximica é o termo desenvolvido pelo antropólogo americano, formado em Humanidades - Edward T. Hall -, que explica a interrelação entre observações e teorias do uso que o ser humano faz do espaço com uma elaboração especializada da cultura.

Maffesoli (2000, p. 169) recomenda e explica:

Devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas a relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com outros. Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia: tempo que se cristaliza em espaço. A partir daí, a história de um lugar se torna história pessoal.

Estudar e explorar a relação da vida com o espaço é uma necessidade social premente. É vital. É o princípio da isonomia que deveria ser considerado, fazendo prevalecer o bem comum. Para melhor encaminhamento do assunto, buscamos sua definição: “A *proximica* é o estudo da proximidade ou pequenas distâncias físicas, extrafísicas, evolutivas e conscienciais e sua relação na convivência e na comunicação consciencial.” (conscienciopedia.org) e em Houaiss (2001, p. 2.322) o sentido da proximica “é o estudo das manifestações culturais, das tendências ou necessidades de as pessoas distribuírem-se espacialmente de maneira determinada, estabelecendo distâncias entre si.” A relação do indivíduo excluído e do incluído

com a questão da proxêmica refere-se, então, à identificação de ter ou não ter lugares espaciais como uma condição de pertença ao mundo físico, social e, conseqüentemente, emocional.

A revolução industrial e a situação pós-Segunda Guerra Mundial obrigaram muitas populações a deixar suas amplas residências rurais, ou estabelecidas nas proximidades de grandes centros urbanos, e a se deslocarem para as megalópoles e maiores áreas industriais e comerciais, tanto para estabelecer moradia quanto para o desempenho profissional. Situação esta que, se, de um lado, aparentemente vinha resolver o problema de empregos e salários, por outro, aglomerou famílias em situação de superlotação domiciliar por falta de moradias condizentes com as necessidades para bem morar, provocando, com isso, aumento da pobreza e significativa mudança na questão espacial.

Correlacionando a situação dos excluídos com a questão da proxêmica, é possível estabelecer um parâmetro discursivo sobre a espacialização e a situação social desses segmentos. Em qual localização espacial cuidada ou programada se encontram os grupos das mulheres exploradas, dos desempregados, dos negros pobres, dos velhos e outros excluídos? Para eles, esse espaço seria talvez o limite que se mostra enquanto escapa e escapa enquanto se mostra, como a luz e a sombra, no entendimento de Maldonato, pensador italiano da atualidade¹ Questão bastante pertinente, que se destina a buscar respostas abrangentes, uma vez que os cenários que se apresentam para um segmento servem de espelho para os demais, porque a problemática da exclusão se estabelece indiferentemente.

“Se a noção de espacialização cognitiva introduz a problemática da proxêmica”, conforme Greimas & Courtés (1979, 155), essa noção também deve se voltar à preocupação da proxêmica social referindo-se aos segmentos considerados à margem ou situados na terceira margem (Guimarães Rosa).

Remonta à época de Rousseau a preocupação com o conceito de que é preciso evitar que os ricos sejam muito ricos e os pobres muito pobres. As desigualdades tendem a se acentuar e são em grande medida geradas pelos jogos de poderes econômicos.

A pobreza tem sido vista pelos críticos da sociedade como um conjunto de ‘massas exploradas’, escórias da sociedade da abundância, expressão de desigualdade social, como fato inerente ao capitalismo, como indivíduo do processo de produção, como condição humilhante portadora de estigma (GERMANO, 1998, p. 30).

¹ Cfr. Seminário de Educ. e Cultura. SESC SP, 2002.

Figurativamente, “ser escória” é ser a parte mais desprezível e estar no pior lugar. É estar de modo involuntário e circunstancial no lugar não desejado. A distância social que se verifica é estabelecida e acentuada. A proxêmica se manifesta legitimando o que ela não pode mudar ou transformar.

Germano (op. cit. p. 34) pergunta: “Quem são, afinal, os “excluídos””? E sua resposta é: ‘são aqueles sem direitos sociais’. Todos os ‘sem’: os ‘sem voz’, ‘sem representação própria’, ‘sem teto’, ‘sem terra,’ ‘sem trabalho’, ‘sem saúde,’ ‘sem educação’ etc., assim como os ‘meninos de rua’, ‘carentes’, ‘indigentes’, enfim, indivíduos cuja territorialidade é a rua”.

Podemos entender que se eles existem no mundo, existem em algum lugar. Ocupam um espaço. E então também podemos perguntar: mas como se apresentam nesses lugares? Para eles, os lugares existem, mas não lhes pertencem. Sabem, como qualquer ser humano, de sua existência, de suas condições, limites e possibilidades. A praça ou a calçada, o barraco em áreas invadidas, lugares alternativos como asilos, casas-lares, orfanatos, casas-abrigos ou de passagem podem ser seus espaços, onde eles podem estar, mas sabem também que são espaços dos excluídos. Nada é seu. São espaços só para estar; espaços e tempos de transição.

Para Wolfensohn (2001, A24), sobre a inclusão social:

É impossível prevenir conflitos e instaurar a paz sem contar com estratégias de integração e promoção da coesão social. Criar um lugar para cada um significa fazer com que cada um possa encontrar trabalho remunerado e que as sociedades evitem aprofundar ainda mais as desigualdades de renda que ameaçam a estabilidade social.

O autor fala em criar um lugar para cada um, como uma questão de justiça e de bem social que não deveria passar despercebida pelas lideranças políticas e sociais. Mas pobreza e exclusão são irmãs gêmeas. Andam intimamente ligadas; são inseparáveis e afetam de forma profunda o existir humano daqueles que a elas são sujeitos. Uma submissão que, pela condição de diferente, coloca o indivíduo na situação de incapacidade para tomar atitudes, de lutar e buscar alternativas de superação. Ser diferente faz dele o humano não-pertencente aos grupos considerados aceitos pela sociedade, como detentores de todos os poderes e que possuem pela pertença e em sua plenitude, o direito do domínio dos espaços.

Pertencer (do latim *pertinescere*) leva ao entendimento de que o ser é a sua própria identidade, situação do próprio pertencimento. A identidade do indivíduo é definida pelo que ele é, e, ao passar pelo sentido da consciência, percebe seu estado pessoal. O excluído tem consciência de que não pode frequentar o clube, o hotel, o restaurante, lojas, mercados, visitar

exposições, enfim, ter acesso aos bens de cultura e educação, pois não tem afinidade emocional e física com esses espaços. O desejo de romper barreiras pode tomar conta de sua mente, mas falta-lhe o poder. Esse indivíduo, com consciência disso, sabe o que se lhe destina, uma vez que esses lugares não pertencem aos excluídos. Lustosa (2001, p. 111) nos põe a pensar quando recomenda o cuidado necessário para identificar grupos excluídos:

As identidades dos grupos excluídos são socialmente construídas: um mecanismo universal como a segmentação do mercado de trabalho pode levar à exclusão de mulheres ou idosos em um espaço geográfico e de minorias étnicas ou religiosas, e outro. A cuidadosa identificação de grupos excluídos sob diferentes circunstâncias, além de fornecer importantes subsídios para a intervenção, também favorece a compreensão dos processos mediante os quais eles são excluídos.

A exclusão social tem como base o afastamento da rede de relações a que estão sujeitos alguns grupos sociais, como os grupos de minorias étnicas, de deficientes físicos, dos idosos, dos sem-teto, dos sem-salários, e outros. Vivem em condições sociais e geralmente em condições ambientais que afastam sua essência de ser humano. Vivem afastados, distanciados de si e do meio social. Se buscarmos a significância de suas existências, talvez se possa defrontar com a necessidade de identificar o sentido da vida dessas pessoas frente ao problema da espacialização. Qual é o seu lugar no mundo? Que espaço podem ocupar?

A forma como a sociedade se apresenta organizada é que define e acentua a exclusão social. A organização das megalópoles, de regiões densamente povoadas, a ordem urbana é, em grande parte, de natureza espacial. É ela que define a vida das pessoas e as atividades, isto é, tudo segregado por espaço.

Para Maffesoli (2000, p. 95): “A memória ou as lembranças coletivas, sejam elas públicas, privadas ou familiares que fazem de um bairro, de uma cidade, lugares onde vidas se sedimentam, transformando-os em lugares habitáveis, o mostram bem.” Essa problemática sofre a influência de diversos grupos sociais e apresenta intimidade com vários segmentos, destacadamente os da indústria, dos mercados em geral e do setor imobiliário. A transformação de um lugar numa arquitetura que possibilite a convivência será sempre bem-vinda e valorizada; entretanto, em nome do progresso, o que fere as relações sociais é a tomada dos espaços para fins particulares, econômicos e de ação política, em que o povo nem sequer é considerado.

Snow & Mulcahy (1999, p. 68) apresentam considerações interessantes sobre a questão, por terem identificado “duas categorias gerais de espaço e mais um espaço

transicional que abrange a fronteira espacial mais definida”. Em síntese, dizem que na categoria geral de espaço existe:

o espaço primário que pode ser conceituado como qualquer espaço que está sendo utilizado por cidadãos para fins de resistência, lazer ou trânsito dentro de uma comunidade [...] . Em contraste, o espaço marginal é aquele que tem pouco ou nenhum valor de uso para a maioria dos moradores; tem pouco ou nenhum valor de troca [...], não tem valor político ou simbólico imediato [...]; permanece geralmente como abandonado e ignorado [...] o transicional é um espaço cujo uso e funções são indefinidos ou ambíguos [...] é muitas vezes utilizado igualmente por cidadãos moradores fixos, empreiteiros e indivíduos marginais como os sem teto, e é tipicamente povoado por cidadãos de baixa renda, marginalizados mas com residência fixa [...].

Os indivíduos do espaço marginal são os que vivem nos lixões, moram nas ruas ou em casebres, conseguem algum serviço esporádico e se sentem livres para transitar em outros espaços. Já as pessoas que vivem nos espaços como classificaram os autores anteriormente referenciados - espaço primário ou transicional -, não se sentem à vontade para o trânsito no espaço marginal, e dele não precisam.

Para Debert (1999, p. 79), “tratar da solidariedade pública entre gerações é descrever a maneira pela qual a gestão da velhice é progressivamente socializada”. É um saber notório que, de modo em geral, a gestão política pouco se volta para a questão das pessoas idosas. Com raras exceções, vemos espaços facilitadores ou destinados à convivência dos idosos ou para famílias e seus idosos. Ainda que neste caso se questione a segregação dessa faixa etária, verifica-se, contudo, a existência de um lugar. Não se pode negar, porém, que o progressivo esvaziamento dos papéis sociais e a perda do poder de decisão fazem com que o velho perca seu lugar, ou pontuando, para alguns, lugar que nunca passou dos limites do sonho ou do imaginado.

Não há espaço para os velhos nem no ambiente urbano nem no ambiente doméstico. A maioria dos velhos vive só, sem apoio familiar e torna-se pedinte nas ruas, abandonado sob o olhar indiferente da população. A ausência de programas para os velhos de rua perpetua a discriminação e reproduz a pobreza e a miséria (SILVA, 1996, p. 35).

Em Debert (1999, p. 78), lemos:

Quando o rejuvenescimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como conseqüência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados.

Os lugares dados ao velho para viver, sejam eles oriundos do espaço primário ou não, podem nutrir a velhice com melhor bem-estar ou dificultar seus últimos anos de existência, levando-o à depressão, ao isolamento, ao sentimento de desprezo. As casas-lares para idosos e asilos passam a ser o lugar do não-lugar. Estar em um ou em outro endereço não faz a menor diferença; o que acontece é que ele ali está por não ter seu lugar. O que representa emocionalmente esse estar e permanecer até a morte chegar senão puro sentimento de exclusão? Em situação ainda mais excludente e miserável se encontra o velho cujo “não-lugar” nem lhe oferece teto, banho, pão e coberta.

Silva (1996, p. 40) usa uma expressão com muita pertinência e sensibilidade:

... na imensidão do espaço urbano há velho de rua que vive sozinho e dorme nas ruas frias, desoladas e perigosas das cidades brasileiras e, em conseqüência, certamente inúmeros velhos morrem esquecidos nas ruas ou nas emergências dos hospitais públicos...

Que lugar decente ocupa a mulher pobre, a mulher abandonada e sem condições de trabalho, a doente, a menina prostituída, a menina de rua? A mulher nessas condições é vulnerável aos abusos sexuais e sujeita a muitas formas de exploração ilícita e destituída de ética. Blay (2001, p. 82) nos dá uma contribuição:

Um dos mais persistentes comportamentos machistas está na violência física, sexual e psicológica contra mulheres de todas as idades e de todas as classes sociais. Nenhuma sociedade complexa escapa à violência de gênero [...]. Aprende-se a violência de gênero nas novelas, nas músicas, na desqualificação do corpo feminino, inclusive de meninas.

Que lugar existe para essas mulheres senão o da exclusão social, que já se manifesta no seio dos lares? Que espaços físicos e sociais as meninas prostituídas encontrarão no agora e no tempo que está por vir? Uma condição de miséria, de subordinação e de exploração que, interferindo em sua subjetividade e anulando sua identidade, a leva ao encontro do limite que não é além nem aquém da margem.

A questão da espacialização afeta a vida das pessoas, interfere no seu existir e define cada momento presente, sendo este um fator que inibe e dificulta ou que facilita o cotidiano das pessoas e define os estilos de vidas de todas as faixas etárias. Ao sujeitar-se, o indivíduo se submete às possibilidades de chegar ao estado de stress, de angústia, de depressão, ou de bem-estar, de alegria e satisfação até desmedida, situações que podem ultrapassar limites para

alcançar o patamar do egoísmo e da ganância, concretizada pelo acúmulo de riqueza que tomando para si todos os espaços possíveis.

Conclusão

A proxêmica, por sua natureza e função de estudo das manifestações culturais do ser humano, possibilita a compreensão de que a vida se apresenta intimamente ligada à questão da espacialização.

A inclusão social vai além do acesso à melhoria de renda. Ela tem significados expressivos, de fazer com que as camadas mais pobres tenham acesso à educação, à saúde e aos serviços essenciais e a fazer com que a sociedade considere seus espaços de moradia, de trabalho e locomoção como espaços de vida humana. Faz-se necessário que, por parte das lideranças, haja um chamamento à proxêmica, uma questão que oferece solução na ordem política, como foi muito bem pontuado por Blay (2000, p. 95): “As transformações se encadeiam impulsionadas por movimentos sociais voltados para a construção da igualdade de direitos.”

Isto só pode ocorrer se, entre outras condições, houver uma profunda referência à questão espacial e à vida. Conclui-se, então, que o problema é de ordem política e social. Os detentores do poder, aqueles a quem compete estudar os espaços físicos que possibilitam o viver humano, precisariam estar voltados à questão da espacialização para todos.

O indivíduo excluído, o que nada possui, também não tem espaço. Sua relação com o meio ambiente, que, afinal, pela lei natural deveria pertencer a todos, é contraditória. Contradição manifesta pelo não-lugar. A proxêmica permite analisar essa questão, mas as soluções caminham pela via dos poderes públicos e econômicos.

Referência

BLAY, E. A. **Um caminho ainda em construção: a igualdade para as mulheres.** *Revista USP*. São Paulo SP, n. 49, 2001. p. 82-97.

DEBERT, G. G. Velhice e o curso da vida pós-moderna. *Revista USP*. São Paulo: v. 42, nº 2, 1999. p. 70-83.

- GREIMAS, A.J. & COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo, S.P.: Cultrix, 1979.
- GERMANO, G. W. Pobreza e educação: o avesso da cidadania. **Revista Serviço social & sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 57, 1998. p. 28-51.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LUSTOSA, T. Q. de O. Pobreza e exclusão social. **Revista Debates Sociais**. Rio de Janeiro/RJ: – CBCISS. V. 58, 2001. p. 99-113.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro/ RJ: FGV, 1989.
- SILVA, M. A. M. de O. Velhos de rua no Brasil: a morte silenciosa. **Revista A terceira idade**. São Paulo: v. 12, 1996. p. 36-43.
- SNOW, D. A. & MULCAHY, M. Espaço, políticas e estratégias de sobrevivência dos sem teto. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo/SP: Cortez, v. 60, 1999. p. 60-82.
- WOLFENSOHN, J. Chegar à paz é impossível sem a integração social. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 2001. (A) 24.

Recebido em: 30/01/2009

Aprovado em: 25/11/2009